

**Zine como suporte do Jornalismo Alternativo
no debate sobre o Direito à Cidade**

*Cristiane Silva Novais**
*Carmen R. O. Carvalho***

INTRODUÇÃO.

O contexto histórico da imprensa alternativa é de resistência, com raízes no imaginário de guerrilha. Formados por publicações da esquerda, de contracultura e de movimentos sociais, elas buscam viabilizar conteúdos de maneira democrática e horizontal, sendo tais características constituintes do espectro em que o zine opera.

Henrique Magalhães (1993) diz que, apesar do jornalismo alternativo e os zines terem suas particularidades e contextos, há uma relação entre ambos. Entre as características comuns, está a fase em um viés ideológico, opondo-se aos modos dominantes, servindo como porta-voz para diferentes movimentos no decorrer da história. Sob essa perspectiva, este artigo tem como objetivo geral apresentar o zine como uma mídia radical alternativa, seguindo o conceito proposto por John Downing (2001), uma vez que sua essência está no ativismo e oposição aos poderes hegemônicos e tradicionais. Na perspectiva em que o zine e a imprensa alternativa apresentam a mesma premissa, que será abordada

* Graduada en Comunicación Social, especialidad de Periodismo, por la Universidad del Suroeste de Bahía (UESB), Brasil, y Arquitectura y Urbanismo por la Facultad Independiente de Nordeste (FAINOR), Brasil.

** Profesora de Periodismo en la Universidad Estatal del Suroeste de Bahía (UESB), Brasil. Doctoranda en la Universidad de Santiago de Compostela, España. Responsable del Grupo de Estudio/Investigación/Extensión “Jornalismo Importa” y del sitio web “Avoador”: avoador.com.br.

ao decorrer desse trabalho, a pergunta que o norteia é: como o zine pode funcionar como suporte para o jornalismo alternativo?

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, abrangendo três eixos estruturantes do trabalho: jornalismo alternativo, zines e cidade. Para nortear e contribuir para construção deste trabalho, foram utilizados os estudos de Antonio Gramsci (1999), John Downing (2004), Marcio Sno (2015), Raquel Rolnik (1994), Henri Lefebvre (2001), David Harvey (2014), entre outros.

Portanto para informar, formar e levar conhecimento para os moradores sobre o meio coletivo em que vivem, os zines podem ser produzidos pelas próprias comunidades urbanas com orientações de jornalistas para debater os temas urgentes nas cidades, como a exploração imobiliária exacerbada e uma estética plural. Seu formato deve ter um design atraente como também um conteúdo explicativo claro e objetivo, de modo a conquistar os leitores e mobilizarem em ações em defesa do direito a uma cidade de todos.

MÍDIA E CULTURA DA MÍDIA.

A mídia pode ser entendida como o meio mutável que possibilita a comunicação, uma vez que ela é “um sistema em contínua mudança, no qual elementos diversos desempenham papéis de maior ou menor destaque” (Briggs e Burke, 2004, p. 15). Apesar do termo mídia – derivado do latim *media*; no plural, *médium* – ter sido utilizado a partir da década de 1920, o ato de comunicar é inerente ao ser humano e sempre ocorreu de variadas formas, a depender do contexto de uma respectiva época. Contudo, apenas nos anos de 1950, “passaram a mencionar uma ‘revolução da comunicação’” (Briggs e Burke, 2004, p. 11). No entanto, conforme os autores, o interesse sobre o assunto já ocorria em momentos anteriores.

A mídia é abrangente e incorpora diversos meios de comunicação, cuja finalidade está em transmitir uma mensagem. É importante levar em consideração a história, uma vez que diferentes fenômenos de mídia ocorreram em distintas épocas, sobretudo nos contextos das inovações tecnológicas. Como ela é mutável, já houve a era do impresso, da rádio, da TV e, agora, estamos na era internet. Por conseguinte, segundo Asa Briggs e Peter Burke (2004), as mudanças que ocorreram tiveram consequências culturais e sociais.

Ela, a mídia, configura-se como uma poderosa ferramenta que molda a vida do indivíduo. Nesse sentido, Douglas Kellner (2001) a defende circunscrita em uma cultura, uma vez que “a cultura, em seu sentido mais amplo, é uma

forma de atividade que implica alto grau de participação, na qual as pessoas criam sociedades e identidades” (Kellner, 2001, p. 11). Isto é, a cultura modela o indivíduo. Portanto, devido a onipresença da mídia, seu consumo, por conseguinte, induz a identificar-se àquilo que contemple a um sistema de doutrinação ideológica.

Isto posto, a cultura da mídia é também uma forma de cultura de consumo, uma vez que inebria o público a partir de um sistema de gratificação comercial (Kellner, 2001). Nesse sentido, “a cultura da mídia e a de consumo atuam de mãos dadas no sentido de gerar pensamentos e comportamentos ajustados aos valores, às instituições, às crenças e às práticas vigentes” (Kellner, 2001, p. 11). Atua em prol de uma hegemonia, por meio da disseminação de significados e mensagens dominantes, que induzem os indivíduos a conformarem-se ao sistema vigente. Contudo, Kellner (2001) ressalva que o público pode resistir e a própria mídia oferece recursos para fortalecê-los na oposição.

HEGEMONIA GRAMSCIANA.

A etimologia do termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que tem como definição conduzir, guiar e liderar. Do grego antigo *eghemonia*, a palavra era utilizada em conotação militar. A partir da obra escrita pelo italiano Antonio Gramsci, durante o seu período de cárcere, entre 1927 e 1935, “hegemonia” passou a ser ressignificada.

Segundo a ótica gramsciana, a relação hegemônica se caracteriza quando um grupo social exerce domínio ideológico sobre uma série de grupos subordinados, nas esferas política, econômica, social e cultural. Para o autor, a ideologia é como instrumento prático fundamental para o exercício da hegemonia, entretanto, “desde que se dê ao termo ‘ideologia’ o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente através da arte, do direito, da atividade econômica e em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (Gramsci, 1999, v. 1, o. 98). Portanto, a ideologia dominante projeta uma realidade que lhe é benéfica, experienciando a totalidade da vida, criando um sistema de significados e valores, que é “a expressão ou projeção de um determinado interesse de classe” (Williams, 1979, p. 111).

Para que uma relação hegemônica ocorra, é necessária uma relação pedagógica, “que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilização nacionais e continentais” (Gramsci, 1999, v. 1, p.

366). Logo, além de ter o consentimento dos dominados, o grupo dominante também os educa, sobretudo, a partir da construção de ideologias.

Gramsci (2007) vê a imprensa como revolucionária no mundo ambienta, social e cultural, dando à memória um subsídio de valor inestimável e permitindo uma extensão inaudita da atividade educacional. No contexto midiático global, a atuação hegemônica ocorre de maneira que apenas uma parcela das informações e conteúdos disponíveis são veiculados pela chamada “mídia tradicional”, que é perpassada pela estrutura do modo de produção capitalista, marcada, sobretudo, pelo lucro, pelo consumo, pela alienação do trabalhador. Por conseguinte, quando a mídia dá visibilidade apenas aos que mantêm uma realidade que lhe é benéfica e lucrativa, está ratificando o processo de sustentação e ampliação da ideologia hegemônica.

RESISTÊNCIA E MÍDIA RADICAL ALTERNATIVA.

No cenário hegemônico há também movimentos de oposição e luta, que podem ocorrer de forma individual ou coletiva, existindo também os conceitos de contra-hegemonia e contra-hegemônico. Contudo, apesar do conceito ser atribuído ao corpus teórico gramsciano, segundo os estudos de Herbert Glauco de Souza (2013), a formulação vem de Raymond Williams, em sua obra intitulada *Marxismo e Literatura*, datada em 1977.

O entendimento sobre o processo contra-hegemônico é de como uma resistência e contestação às estruturas da ideologia hegemônica, pode, sobretudo, ser iniciado a partir das crises hegemônicas, pontuadas por Gramsci. “A realidade de qualquer hegemonia, no sentido sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e culturas alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade” (Williams, 1979, p. 116). Nesse sentido, no contexto da cultura da mídia, Kellner aponta que:

a própria mídia dá recursos que os indivíduos podem acatar ou rejeitar na formação de sua identidade em oposição aos modelos dominantes. Assim, a cultural veiculada pela mídia induz os indivíduos a conformar-se à organização vigente, da sociedade, mas também lhes oferece recursos que podem fortalece-los na oposição a essa mesma sociedade. (Kellner, 2001, p. 11-12).

Dentro do espectro contra-hegemônico, insere-se a mídia radical alternativa, expressão cunhada por John Downing (2004). Sob a perspectiva do autor, a mídia radical alternativa é, em geral, de pequena escala e exerce múltiplos impactos em diferentes níveis. Sua essência está no ativismo, opondo-

se à hegemonia. “Não existe nenhuma alquimia instantânea, nenhum procedimento socioquímico incontestado, capaz de distinguir, num relance ou com resultados definitivos, a mídia verdadeiramente radical da mídia aparentemente radical ou mesmo não radical” (Downing, 2004, p. 24).

O autor adota a terminologia “mídia radical alternativa”, pois utilizar apenas “mídia alternativa” é quase um paradoxismo, uma vez que “qualquer coisa, em algum ponto, é alternativa a outra coisa” (Downing, 2004, p. 27). Para ele, a designação extra de radical firma a definição de mídia alternativa.

No cenário da mídia radical alternativa está inserida uma história de sobrevivência e tensão perante um poder hegemônico. Logo, a importância de se estar atento para “as múltiplas formas de poder e subordinação, que com frequência se encontram entrelaçadas” (Downing, 2004, p. 54). A luta contra esse cenário se faz presente na cultura de resistência e nos movimentos sociais, dos quais são expressões vivas da realidade.

CONTRACULTURA E IMPRENSA ALTERNATIVA.

A contracultura surgiu em meio ao capitalismo avançado nos Estados Unidos, na década de 1960, e foi um movimento contra os valores da cultura dominante. Carlos Alberto M. Pereira (1992) afirma que, inicialmente, era um fenômeno limitado a marcas superficiais, mas logo começou a significar novas maneiras de pensar, modos diferentes de encarar e de se relacionar com o mundo e com as pessoas.

Com uma base fortemente libertária, a contracultura era formada pela juventude de camadas médias urbanas e com uma prática-ideológica contraposta aos valores centrais da cultura ocidental. Tratava-se de um movimento profundamente catalisador e questionador. Nesse contexto, Theodore Roszak (1981) criou o termo “contracultura” para designar esse movimento que emergiu entre os jovens.

Nesse período, até para divulgar as ideias do movimento, surgiu uma forte imprensa alternativa brasileira, datada entre 1964 e 1980, que no Brasil atuaram durante 15 anos da ditadura militar. Segundo Bernardo Kucinski (1991), o radical de alternativa carrega as características essenciais dessa imprensa, como não ter ligação com políticas dominantes, ter uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes e ser a única saída para uma situação difícil.

Isso posto, para os jornalistas, estarem à frente de todo o movimento alternativo significava liberdade quanto às restrições e aos valores empregados pela mídia hegemônica. Assim, a imprensa alternativa é a força contra-hegemônica necessária para repensar novos modelos e valores e se contrapor ao que é estabelecido ao jornalismo produzido pela mídia tradicional, que pode ter outros interesses além de levar a informação ao público.

O ZINE COMO UMA ALTERNATIVA.

Sno (2015) distingue dois circuitos: o primeiro, chamado por mainstream, o qual compreende a uma corrente dominante, mostrando aquilo que está em voga e incentivando o consumo desenfreado; paralelamente a ele, há o segundo, chamado de underground, que diz respeito a uma cultura alternativa, formada por tudo que esteja fora da norma vigente. O zine opera no segundo circuito.

O zine, conforme Denise Lourenço (2006), é uma publicação que vai de encontro à pluralidade, heterogeneidade, variedade e diferença. Nesse sentido, pode-se dizer que cada zine é único, feito a partir da subjetividade de cada produtor, que, ao decorrer de todo o seu processo de produção, expressa um pouco de si em seu produto.

Já Henrique Magalhães (1993) diz que o zine é uma obra alternativa e amadora, com pequena tiragem e impressa artesanalmente. Costuma ser editado por apenas um indivíduo ou grupo, que detém toda uma liberdade editorial, abordando temas específicos direcionados a um determinado público.

Stephen Duncombe (1997) explica ainda que os zines são não comerciais, não profissionais, com uma pequena circulação, cheios de discursos “estranhos” e apresentados em um design caótico. Amy Spencer (2008) compartilha do mesmo pensamento, complementando que são publicações produzidas e distribuídas pelos seus criadores.

Sintetizando as múltiplas definições do que venha a ser um zine, é possível dizer que se trata de uma publicação que permite experimentar tudo aquilo que muitas vezes não aparece na mídia hegemônica, uma vez que promove a livre expressão e sem censura. Aquém do sistema de produção mercadológico, sua produção não visa lucros, logo seu objetivo está, sobretudo, em se comunicar, levando a mensagem de quem o produz.

O URBANO E A CIDADE.

Lefebvre (2001) distingue a cidade e o urbano, uma vez que a primeira compreende a realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico e o segundo compreende a realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. No entanto, a distinção entre um e outro não pode recair em simples definições. Tratam-se de relações complexas envolvidas por questões e reflexões críticas.

Entretanto, para que se possa entender a cidade e o urbano e, por conseguinte, as suas patologias na atualidade, é necessário compreender todo o seu processo de produção e reprodução no decorrer dos anos. De acordo com Lefebvre (2001), o ponto de partida para tal está no processo de industrialização. Há um século e meio, esse processo é tido como o motor das transformações na sociedade. Logo, caracterizando a sociedade moderna, marcada pelo capital.

A cidade tem um histórico de transformações que foi traçado ao longo dos anos. Ao longo da história, existiram diferentes tipos de cidades que preexistiram à industrialização. Cada uma com as suas respectivas características que marcaram determinada época. A cidade oriental era ligada ao modo de produção asiático; a cidade arcaica – grega ou romana – era ligada à posse de escravos; já a cidade medieval tinha uma situação complexa quanto às outras, era inserida em relações feudais, em que havia uma luta contra a feudalidade da terra (Lefebvre, 2001).

Porém, com a industrialização, houve uma ruptura do sistema urbano preexistente, implicando na desestruturação das estruturas estabelecidas, por conseguinte, “a passagem do capitalismo comercial e bancário e da produção artesanal para a produção industrial e para o capitalismo concorrencial faz-se acompanhar por uma crise gigantesca” (Lefebvre, 2001, p. 14).

No seu início, comumente, a indústria nascia fora das cidades, uma vez que se implantava próxima de fontes de energia, de meios de transporte, de matérias-primas e de reservas de mão-de-obra. Concomitantemente, “as velhas cidades são: mercados, fontes de capitais disponíveis, locais onde esses capitais são gerados (bancos), residências dos dirigentes econômicos e políticos, reservas de mão-de-obra” (Lefebvre, 2001, p. 14). Progressivamente, a indústria passa a se aproximar dos centros urbanos.

Por conseguinte, resulta em duplo processo, pontuado por Lefebvre (2001): industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento,

produção econômica e vida social. No entanto, são processos conflitantes, uma vez que “existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial” (Lefebvre, 2001, p. 18). Ademais, o autor pontua o fenômeno de implosão-explosão da cidade, podendo ser compreendido como: enorme concentração (áreas centrais) frente a uma enorme dispersão (periferias e subúrbios), portanto, resultando em uma transformação na morfologia urbana.

Portanto, como conclui Raquel Rolnik (1994, p. 73), “o que aconteceu com as cidades quando passaram a abrigar as grandes indústrias foi, sem dúvida, uma revolução que alterou decididamente o caráter e a natureza da aglomeração urbana”. Isto é, impulsionando um processo de urbanização da sociedade, implicando em todos os âmbitos do contexto urbano.

O DIREITO À CIDADE.

Reflexões que compreendem ao direito à cidade comumente implicam a qual cidade o indivíduo deseja. As necessidades sociais inerentes à sociedade urbana foram moldadas a partir do processo urbano impulsionado por ações poderosas, logo é preciso reivindicar o direito à cidade. Assim, “reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental” (Harvey, 2012, p. 30), uma vez que a cidade é, sobretudo, também permeada pela luta de classes gerada pelo capitalismo.

David Harvey (2012) aponta a ligação que surge entre o capitalismo e a urbanização. Com isso, as cidades passam a ser reestruturadas a favor dos interesses das forças que a dominam e a controlam - o mercado imobiliário, o qual compreende a cidade como negócio. Para tal, o desenvolvimento geográfico desigual atua em prol do sistema, sobretudo, para que se estabeleça (Harvey, 2012). Portanto, “ao analisar a cidade capitalista apontamos para alguns traços essenciais de seu desenvolvimento: a privatização da terra, a segregação espacial, a intervenção reguladora do Estado, a luta pelo espaço” (Rolnik, 1994, p. 71).

Ademais, o investimento público em infraestrutura (água, luz, asfalto, telefone, esgoto, guias, sarjetas) e equipamentos (escolas, hospitais, creches, parques) segue a lógica do mercado imobiliário (Rolnik, 1994), uma vez que determina o valor de determinada localidade, isto é, “superequipamento de um e a falta de infra-estrutura do outro” (Rolnik, 1994, p. 64). Assim, fomentando a existência da “especulação imobiliária”, por conseguinte, tendo cidades cada vez mais caras e segregadas.

Nesse sentido, a configuração espacial da cidade passa ser constituída de uma crescente polarização, uma vez “que cada vez mais se transformam em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante” (Harvey, 2012, p. 48). Infelizmente, é um processo em constante reprodução e com dimensão de classe.

Sendo assim, a cidade pautada no capital não confere nenhum direito à cidade, o qual se configura coletivamente. Como pontua Harvey (2012), atualmente o direito à cidade está exclusivamente nas mãos de uma pequena elite política e econômica, que detém o poder para moldar a cidade cada vez mais em prol de suas necessidades e interesses. Pelo contrário, como pontua Lefebvre (2001, p. 134), “o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar”. Trata-se de uma liberdade coletiva, sem distinção de raça, cor ou gênero. Para tal, “a revolução de nossa época tem de ser urbana – ou não será nada” (HARVEY, 2012, p. 66).

CIDADE DE E PARA PESSOAS.

A dimensão humana geralmente é esquecida, negligenciada e progressivamente eliminada no que tange o planejamento do espaço urbano. Nesse ponto, “uma característica comum de quase todas as cidades (...) é que as pessoas que ainda utilizam o espaço da cidade em grande número são cada vez mais maltratadas” (Gehl, 2014, p. 3). Isto é, resultante do que Jane Jacobs (2011) aponta por teoria urbanística ortodoxa, a qual, apesar de ser prejudicial, é vista como natural. Segundo a autora,

Planejadores, arquitetos do desenho urbano e aqueles que os seguem em suas crenças não desprezam conscientemente a importância de conhecer o funcionamento das coisas. Ao contrário, esforçaram-se muito para aprender o que os santos e os sábios do urbanismo moderno ortodoxo disseram a respeito de como as cidades deveriam funcionar e o que deveria ser bom para o povo e os negócios dentro delas. (Jacobs, 2011, p. 17)

Comumente os automóveis são vistos como os vilões das cidades, no entanto, Jacobs (2011, p. 17) aponta que a causa da incompetência do desenvolvimento urbano não está neles, mas nos “insucessos e na inutilidade do planejamento urbano”. Em torno da década de 1960, houve o aumento significativo da quantidade de carros nas cidades. Por conseguinte, foi iniciado o processo que implicou as condições das pessoas no espaço urbano (Gehl,

2014). Nesse contexto, o objetivo final do desenvolvimento das cidades passa ser o florescente tráfego de automóveis, conseqüentemente moldando toda a estrutura das cidades – configurando paisagens inadequadas para a dimensão humana.

As cidades vêm crescendo rapidamente, sobretudo, devido a maior parte da população se concentrar no meio urbano. Com isso, é necessário repensar os pressupostos para o planejamento urbano e suas prioridades (Gehl, 2014), para que se possa atender o crescimento acelerado das cidades. Para isso, Jacobs (2011) propõe que as pessoas sejam a base da construção do espaço público.

Jan Gehl (2014) aponta a importância de uma preocupação mais focalizada na dimensão humana, uma vez que vários e novos desafios globais surgem. No entanto, para decifrar a cidade, é necessário que se observe mais de perto (Jacobs, 2011), a fim de buscar explicações para que se possa haver mudanças. “As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano” (Jacobs, 2011, p. 16), contudo não reproduzindo ou adaptando os erros contidos em práticas ortodoxas injustificáveis, tornando “a rua um lugar ruim para os seres humanos” (Jacobs, 2011, p. 24).

Em prol de melhor qualidade de vida urbana, Gehl (2014) pontua quatro objetivos-chave que se tornaram desejos universais e urgentes: cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis. No entanto, em cidades que compreendem os quatro pontos, “o pré-requisito para a existência da vida urbana é oferecer boas oportunidades de caminhar” (Gehl, 2014, p. 19).

Uma cidade é viva quando há pessoas circulando, isto é, “sempre que mais pessoas se sintam convidadas a caminhar, pedalar ou permanecer nos espaços da cidade” (Gehl, 2014, p. 6). Sob essa perspectiva, Jacobs (2011) aponta as ruas e as calçadas como seus órgãos mais vitais, cuja vivacidade de uma cidade é medida pela quantidade de pessoas que estão exercendo alguma atividade do que quando estão apenas se deslocando. Nesse sentido, as cidades são as pessoas e o grau de interação entre elas e as atividades que executam vão determinar a qualidade dos espaços públicos. Logo, as oportunidades culturais e sociais que uma cidade oferece está atrelada ao seu uso, por conseguinte, a sua vivacidade.

Uma cidade é segura quando mais pessoas circulam e permanecem nos espaços urbanos (Gehl, 2014). Nesse sentido, “quando as pessoas dizem que uma cidade, ou parte dela, é perigosa ou selvagem, o que querem dizer basicamente é que não se sentem seguras nas calçadas” (Jacobs, 2011, p. 30),

isto é, não há pessoas exercendo atividades nesses espaços, por conseguinte, não há segurança nos mesmos. Para que isso ocorra, é necessária uma estrutura que convide as pessoas a caminhar e contemplar o espaço urbano, como “curtas distâncias a pé, espaços públicos atrativos e uma variedade de funções urbanas” (Gehl, 2014, p. 6). Com isso, assegura que haja olhos atentos voltados para a rua o maior tempo possível (Jacobs, 2011), vigiando os acontecimentos e, por conseguinte, tornando uma cidade segura.

Em uma cidade sustentável não há uma solução única para que se possa ser gerida, contudo, alguns condicionantes podem contribuir para esse processo. A gênese para o desenvolvimento de uma cidade sustentável está em uma adequada, amigável e ponderada ligação entre o ambiente construído e a geografia natural (Leite e Awad, 2012). Para tanto, faz-se necessário o respeito às características geográficas do local. Ademais, Gehl (2014) pontua quando o transporte pode ser realizado por meio da “mobilidade verde”, isto é, “deslocar-se a pé, de bicicleta ou por transporte público” (Gehl, 2014, p. 7). No entanto, a cidade precisa dispor de estrutura para tal.

Uma cidade saudável compreende uma preocupação no que concerne à saúde pública, de modo a atuar em prol do bem-estar no cotidiano das pessoas. Para isso, quando “o caminhar ou o pedalar forem etapas naturais do padrão de atividades diárias” (Gehl, 2014, p. 7). Como ressalta o autor, uma política unificada de saúde é inegociável, para tanto, a cidade necessita convidar as pessoas para que caminhem e pedalem em sua rotina diária.

Como se pode verificar, os quatro pontos supracitados não são impossíveis, sobretudo ao comparar com outros investimentos na cidade. Sob esse aspecto, “o custo de incluir a dimensão humana é tão modesto, que os investimentos nessa área serão possíveis a cidades do mundo todo, independentemente do grau de desenvolvimento e capacidade financeira” (Gehl, 2014, p. 7). Ademais, todos os pontos se correlacionam e possuem um ponto em comum: pessoas nos espaços urbanos. Isto é, pessoas vivenciando e compartilhando a cidade, caso contrário, é uma cidade morta.

EM BUSCA DE MELHORIAS NAS CIDADES.

Intervenções pontuais são capazes de gerar melhorias na cidade de forma instantânea, eficaz e funcional. Na medicina tradicional chinesa há um conjunto de conhecimentos teórico-empíricos conhecido por acupuntura, o qual visa à terapia e à cura das doenças através da aplicação de agulhas e moxas em determinados pontos do corpo (When, 1985). De maneira análoga ao corpo

humano, o arquiteto e teórico social finlandês Marco Casagrande cunhou o termo “Acupuntura Urbana”, uma vez que busca melhorias na cidade a partir da aplicação da essência da técnica.

No Brasil, o conceito foi proposto pelo arquiteto e urbanista Jaime Lerner, o qual possui uma obra intitulada Acupuntura Urbana (2003). O autor propõe algumas intervenções pontuais que podem ser feitas nas cidades em prol de sua melhoria, sobretudo, não a vendo como problema, mas sim solução. No entanto, é ressaltado que “nem sempre a acupuntura urbana se traduz em obras” (Lerner, 2003, p. 11), ou seja, pode ser compreendida como qualquer intervenção humana que cria condições positivas para a transformação (Lerner, 2003).

Um dos pontos fundamentais de uma boa acupuntura urbana é a manutenção ou o resgate da identidade cultural local (Lerner, 2003). Buscar pontos de referências, material ou imaterial que foram ou que estão se perdendo com o tempo, por quaisquer motivos que sejam, a fim de reforçar uma memória coletiva local e, por conseguinte, gerir no indivíduo um sentimento de pertencimento, uma potencial gentileza urbana, uma vez que, para Lerner (2003), é indispensável na vida da cidade.

Preencher os vazios urbanos é uma boa acupuntura urbana (Lerner, 2003), em prol de atribuir uso e atividade no local. “Um terreno, quando vazio, tem que ser preenchido imediatamente, de preferência com alguma atividade de animação” (Lerner, 2003, p. 37). No entanto, uma região não deve abranger somente uma função, uma vez que, a depender de qual seja, poderá ficar sem uso em determinado horário. Logo, o autor ressalta a importância de incluir a função que falta a determinada região.

Nesse sentido, Lerner (2003) conclui que uma boa acupuntura urbana é ajudar a trazer as pessoas para a rua. Isto é, criando pontos de encontro e, principalmente, fazer com que cada função urbana seja capaz de catalisar esse encontro. A cidade é vista pelo autor como cenário de encontro e integração de funções. Quanto menos se dissocia as pessoas na cidade, mais humana ela ficará. Do contrário, isso implica em uma segregação socioespacial.

Ademais, é importante que se conheça a cidade em que se vive e se relacione com a mesma. Nesse sentido, “uma boa acupuntura urbana seria provocar o conhecimento de cada um sobre sua cidade” (Lerner, 2003, p. 53), uma vez que “difícilmente alguém respeita o que não conhece” (Lerner, 2003, p. 53). Conforme o autor, uma acupuntura urbana é um gesto de amor à cidade. Para isso, como recomenda Jacobs (2001), observe mais de perto,

preferencialmente sem expectativa, o que ocorre nas cidades, a fim de tentar entender o que significa e se surgem explicações para tal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Uma mídia contra hegemônica opera como forma de expressão e resistência. Sobretudo ao atuar sobre os próprios moldes, sobre os próprios valores, por conseguinte, possibilitando novas alternativas. Nesse processo, o jornalismo alternativo utilizando o zine como plataforma de publicação operam em conjunto. O caráter de ambos está na disseminação de informação, aquém dos pressupostos mercadológicos. Portanto, nesse veículo, está a importância de pautar temas de relevância social. Dentro destes, sobre a cidade e o urbano.

A partir da análise realizada nesse artigo, nota-se a importância de compreender sobre o processo de produção e reprodução da cidade, em como o capital vem pautando a cidade e priorizando o lucro em detrimento do direito que deveria ser de todos. Assim, é preciso horizontalizar o conhecimento sobre uma temática que diz respeito a toda uma sociedade. Contribuir para esse cenário implica em um maior compartilhamento de informações sobre a cidade, para tal, como instrumento chave de veiculação, há as publicações alternativas, em especial, os zines.

Como resultado, acredita-se que o zine é um suporte radical alternativo para o jornalismo informar, formar e levar conhecimento para os moradores das cidades acerca de um urbanismo mais democrático. Esses zines então podem ser produzidos pelas próprias comunidades urbanas com orientações de jornalistas para debater os temas urgentes nas cidades, como a exploração imobiliária exacerbada e uma estética plural. Seu formato deve ter um design atraente como também um conteúdo explicativo claro e objetivo, de modo a conquistar os leitores e mobilizarem em ações em defesa do direito a uma cidade de todos.

REFERÊNCIAS.

Briggs, A., & Burke, P. (2006). Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Zahar.

Downing, J. D. (2002). Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac.

Duncombe, S. (1997). *Notes from the Underground: Zines and the Politics of Alternative Culture*. New York: Verso.

Gehl, J. (2013). *Cidade para pessoas*. São Paulo: Perspectiva.

Gramsci, A. (1999). *Cadernos do Cárcere – Vol. 1 – Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2001). *Cadernos do Cárcere – Vol. 2 – Os intelectuais: O princípio educativo. Jornalismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2007). *Cadernos do Cárcere – Vol. 3 - Maquiavel: Notas sobre o Estado e a Política*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbano*. São Paulo: Martins Fontes.

Jacobs, J. (2014). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia – Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC.

Kucinski, B. (1991). *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Scritta.

Lefebvre, H. (2011). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

Lourenço, D. (2006). *Fanzine: Procedimentos Construtivos em Mídia Tática Impressa*. 2006. 171f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Semiótica)- Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

Magalhães, H. (1993). *O que é fanzine*. Coleção primeiros passos, nº 283. São Paulo: Brasiliense.

Pereira, C. (1992). *O que é contracultura*. Coleção primeiros passos, 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

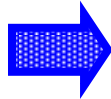
Roszak, T. (1970). *El nacimiento de una contracultura*. Barcelona: Editorial Kairós.

Sno, M. (2015) O Universo Paralelo dos Zines. São Paulo: Timozine.

Souza, H. (2013). Contra-hegemonia: um conceito de Gramsci? 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Williams, R. (1979). Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

(Ir al inicio del Capítulo)



(Ir al Índice)

